

✓
Anias

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e oito de setembro de dois mil e doze

--- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na vila de Vila Nova de Paiva, no Auditório Municipal Carlos Paredes, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Ata da reunião anterior;-----

--- Dois - Informações;-----

--- Três – Análise, Discussão e Aprovação da segunda Revisão Orçamental do exercício económico de dois mil e doze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de agosto e na alínea b) do número um do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIM;-----

--- Quatro - Outros Assuntos;-----

--- Realizada a chamada cerca das dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

--- Carla Maria Baltazar Pedro;-----

--- Carlos Afonso Paixão Lopes;-----

--- Carlos Jorge Matos dos Santos;-----

--- Márcio Ferreira dos Santos;-----

--- Sónia Marisa Oliveira M. Ferreira;-----

--- Jaime Sousa Pinto Almeida;-----

--- Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia;-----

--- Rui Manuel Simões Costa;-----

--- Rui Alexandre Gomes Pina dos Santos;-----

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a Assembleia.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao período antes da ordem do dia, perguntando se mais algum dos presentes pretendia inscrever-se.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "Depois de na ultima Assembleia ter assistido a algumas coisas estranhas, pois pelos vistos o que antes se podia discutir e votar agora é muitas vezes considerado extemporâneo. O que antes qualquer membro votava agora para certas situações alguns membros dizem que não se sente legitimados pela sua Assembleia Municipal. Apesar disso, contudo, e se calhar por estar a jogar em casa, como se costuma dizer, há coisas que não podemos deixar passar em claro e que devemos dizer.-----

↓
P. Santos



--- E aproveito para deixar aqui o meu veemente protesto contra este Governo e contra as suas medidas cegas e sem qualquer tipo de logica ou racionalidade económica. Confesso que não sou o homem dos números, sou mais das letras mas de facto quanto mais ouço o Primeiro-ministro, Ministro das Finanças ou o Ministro da Economia a falar mais sinto que eu percebo de Economia e de Finanças porque eles de facto, os seus raciocínios falham nas coisas mais básicas como por exemplo o espanto por arrecadarem menos impostos depois de cortarem nos salários e nos subsídios e de aumentarem o desemprego. Parece que só são bons teóricos nas Universidades de onde vêm pois aqui falham redondamente. -----

--- O meu protesto veemente vai também contra a decisão de acabarem com a discriminação positiva nas SCUTs, ainda por cima, usando para isso uma desculpa esfarrapada que tem a ver com uma diretiva comunitária, não se preocupando absolutamente com as diretivas que deviam que são as diretivas que vêm do povo. São as diretivas das más estradas que temos como alternativa. Mas mais uma vez, e como sempre, é o interior a pagar. -----

--- Protesto também contra a retirada dos estímulos fiscais às empresas principalmente no interior. A interioridade, sempre pouco atrativa, era compensada com alguns dos benefícios à instalação de empresas. Por outro lado, e como estamos em Vila Nova de Paiva, eu não me esqueço das palavras do senhor Secretário de Estado da Economia aqui nesta vila numa concentração partidária a dizer que o seu modelo de desenvolvimento era diferente e que o modelo de desenvolvimento deste concelho estava errado. -----

--- Como também não me esqueço do membro desta Assembleia Intermunicipal que não se sentia legitimado para votar no que não lhe interessava dizer, e no mesmo local dizer que o tempo das festas tinha acabado. -----

--- Pois bem. Se o modelo de desenvolvimento que defendem é acabar com os incentivos à interioridade e em vez de tentar apoiar o interior e a sua região preferir apoiar outros projetos, então não sei que modelo estará errado. -----

--- Se o modelo deste município faz a obra necessária ao concelho, que através dela cria emprego privado com uma aposta decisiva na economia social e de saúde, enquanto isso ao mesmo tempo baixa o seu défice, paga a trinta dias, baixa os custos com pessoal e corta com algumas gorduras que havia na Câmara. -----

--- Ou será melhor o modelo do Governo que retira milhões de euros a esta Comunidade Intermunicipal e depois vemos pomposamente atribuir cem milhões de euros do PRODER para três projetos de interesse no mínimo dúbio. -----

Handwritten signature in blue ink.

--- Desses cem milhões, um terço são para o dono do Douro comprar mais um barco, para o enriquecer um bocadinho mais. E o que é que ele fez? Segundo o que saiu nas notícias, já comprou um barco inglês em vez de o mandar fazer nos nossos estaleiros navais.-----

--- Ou seja, estamos a dar dinheiro para mandar para Inglaterra. Será que são estes os empresários que se devem apoiar? Outro terço destes cem milhões vai para um hotel e um campo de golf em Óbidos. São estes os bons investimentos? -----

--- É que eu acredito que se me derem trinta milhões de euros também sou capaz de criar projetos e emprego, e se calhar até aqui em Vila Nova conseguia um campo de Golf. E esses cem milhões de euros darão supostamente para criar duzentos e qualquer coisa empregos. ----

--- Ora bem, se o Estado investisse aqui neste concelho, e se cumprisse com o prometido e deixasse aqui, diria, meio milhão de euros rapidamente aqui se criam cem empregos em fábricas que estão viradas a noventa por cento para exportação. É tudo uma questão de apostas e de prioridades. -----

--- O IAPMEI devia funcionar e é apenas uma gorda máquina burocrática, porque quando se mudaram os apoios e limitaram apenas para as micro empresas o FEDER e o LeaderMais, quando antes também dava para as pequenas empresas, quando se acabou com a taxa reduzida de IRC para o interior, quando se acabou com a prorrogação da isenção dos encargos sociais dos trabalhadores no interior para empregados de longa duração, deu-se mais uma machadada na indústria do Interior que se viu impedida de desenvolver e de empregar pessoas. -----

--- Para finalizar e voltando apenas um pouco atras à questão da reafectação dos fundos comunitários, da retirada dos muitos milhões a esta Comunidade Intermunicipal e à região centro, e esta CIM ainda por cima sempre se vangloriou, e bem, dos prazos de execução e dos resultados que ia tendo. Uma Comunidade Intermunicipal que investia bem e que foi premiada com a retirada de fundos por parte do seu Presidente de Assembleia. -----

--- Eu bem sei que as funções aqui desempenhadas são independentes de outras que têm e com certeza mais importantes que estas. Mas obviamente, não podemos deixar passar em claro que o senhor Secretário de Estado é quem preside a esta Assembleia e tomou uma decisão que afetou diretamente esta Comunidade Intermunicipal e quase feriu de morte esta Comunidade Intermunicipal ao retirar aquilo que mais precioso tem e até é o motivo para o qual foi criada, a gestão de alguns dos fundos comunitários para a região. -----

--- Não posso deixar passar isto em claro, nem posso compactuar mais com esta decisão que nos prejudica a todos quantos aqui estamos. -----

↓
Pontas

--- Bem bastavam as SCUTs e o fim das isenções. Bem basta o ataque ao interior do país com o qual tem compactuado e é conivente seja na questão da extinção de freguesias, seja nos fechos dos tribunais, seja no que for. Agora, esta é para mim a gota de água.-----

---O senhor Presidente da Assembleia pode e deve demitir-se deste órgão pois está a prejudicar fortemente a Comunidade Intermunicipal e a região.-----

--- Apesar de eu ter consciência que é nas suas funções de governante do país e que por isso mesmo é normal que assim continue nas suas funções de estado, não tem é de continuar nesta Assembleia, ainda por cima a presidi-la sendo o grande responsável pela machadada final da reafectação dos milhões que nos pertenciam e que seriam pela Comunidade Intermunicipal e pela região com certeza bem melhor organizados e bem melhor empregues do que pelo seu governo. "-----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado senhor deputado. Obviamente que o Presidente da Assembleia está aqui na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Viseu, legitimamente eleito como vossa excelência e não vai responder a uma intervenção mal-educada como a sua."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "A minha intervenção é um pouco um plágio daquilo que, da intervenção que fiz hoje na Câmara na reunião da Assembleia Municipal de Vouzela, porque efetivamente são os temas que me preocupam tanto em Vouzela como aqui na Comunidade.-----

--- Há dois temas fundamentais que, um deles tem vindo à baila sempre nas reuniões da Assembleia Intermunicipal e que está um pouco adormecido e que gostava de trazer o tema novamente que são as portagens na A vinte e cinco.-----

--- Eu estou a falar nas portagens na A vinte e cinco. Um tema que já foi controverso passa a ser mais um tema silencioso. Com o fim das isenções, sobretudo as empresas vão levar um rombo terrível nas contas. Os privados terão quase sempre tempo para usar as estradas alternativas. Claro que irão pagar mais quando se deslocarem de urgência por exemplo para os Hospitais e de regresso. A somar à taxa moderadora serão vários euros mais. Mas e as empresas que alternativas têm? As empresas que exportam são apontadas como as salvadoras da pátria. Exportar é o que está a dar. Não têm a noção da situação atual sobretudo, quando por exemplo, Espanha está a entrar numa recessão profunda. Não se apercebem que ser competitivo lá fora é vender ainda mais barato do que o que se tem vendido até agora? Com o fim das isenções vamos ter de voltar a utilizar as estradas ditas alternativas levando quatro a cinco horas a chegar a Vilar Formoso para depois entrar nas estradas Espanholas que, esperemos bem, não venham a ser portajadas se não então será a catástrofe total.-----

Handwritten signature in blue ink, possibly 'Ferreira'.

--- Vamos voltar às filas de camiões e às mortes de gente por cansaço e descuido. Não é preciso mais que uma viagem por estas estradas, e basta uma só viagem, para verificar que o que se ganha em portagens neste caso vai ser zero pois ainda vão perder mais trânsito, vai-se também perder em combustível e emprego, pois muitas empresas vão deixar de existir e provavelmente já até ao fim do ano, só por causa desta medida. -----

--- Li depois desta intervenção e de ter escrito este texto, li num jornal que numa CIM da região de Aveiro foi dito que em janeiro vão ser estudadas novas isenções nas SCUTs para o trânsito local. E eu acho que aqui devemos, sobretudo nesta situação, falar de soluções não para o trânsito local, o trânsito local utilizará alternativas locais, as estradas municipais, etc. ---

--- O que me preocupa a mim sobretudo na A vinte e cinco, e por isso é que falei na A vinte cinco, é sobretudo porque por aqui passam os camiões que exportam e logicamente que também importam. E não estamos a falar numa via local, uma via que tem simplesmente interesse local. E eu sou do tempo em que para ir por exemplo a França era um martírio. Era um autêntico martírio. Quase que nos despedíamos da família porque íamos até França. -----

--- Portanto, as estradas estão aí, as estradas estão construídas por que razão é que não se baixam os preços para as empresas, porque não se isentam parcialmente as empresas para que possamos continuar a ser razoavelmente competitivos? Porque esta história de pensar que as empresas exportadoras é que estão bem, quase sempre se pensar que isto de exportar é simplesmente mudar um mercado para outro. Há muita gente, e infelizmente, que continua a pensar que "OK o mercado português não é atrativo, vamos vender aos espanhóis". -----

--- Mas é muito mais do que isto. As grandes empresas terão esses meios. As pequenas empresas não têm. E aquelas que o fizeram, agora têm de continuar a ser competitivas sobretudo através numa qualidade e de um serviço. Se as empresas conseguem ultrapassar esse handicap que é terem realmente melhor qualidade e melhores preços, de repente temos medidas restritivas que fazem com que nós, por exemplo, para nos deslocarmos a Madrid, que é aqui já ao lado, onde até agora gastávamos sensivelmente o mesmo que gastamos em ir até Lisboa, agora só aqui em Portugal é que somos penalizados porque continuamos a chegar a Espanha e continuamos a andar, por enquanto, apesar de estar em recessão. Porque eles entendem melhor do que nós, até ao momento, o que é ser competitivo em termos económicos. E é esta parte que eu também não percebo. -----

--- Também não sou o homem das economias mas a verdade é que isto aqui é economia do dia a dia. São as tais contas de merceeiro. -----

--- Portanto, fica esta sugestão. Repensem novamente esta situação. -----

↓
Amias



--- Não falando na minha empresa que é muito pequenina ou noutras empresas, embora a minha empresa apesar de ser pequenina suporta oitenta por cento daquilo que produz. Porque? Porque somos bons. Porque somos competitivos.-----

--- Mas a verdade é que vejo muita gente que vai dizer “Acabou. Chega. Estou farto. Não consigo” e estamos a falar de entraves que nos são colocados do lado de cá. Não nos deem incentivos, não nos tirem o tapete debaixo dos pés.-----

--- Isto é uma situação.-----

--- Outra situação que também me preocupa, isto desde há muito tempo mesmo na minha Assembleia, é a parte da floresta.-----

--- E aqui mais do que nada estamos numa zona interior onde realmente sempre fomos considerados quase a reserva ecológica, a capital ecológica quase do país. Mas infelizmente isto já foi.-----

--- Mais um verão que acaba, mais uma vez o país arde.-----

--- Como pouco mais sobra até já começam a arder os eucaliptos.-----

--- As notícias já ninguém surpreendem por mais que coloquem repórteres em direto em locais de que nem sequer sabem a localização exata. Basta ver muitas vezes o ar perdido dos repórteres como se estivessem em Marte. Às vezes estão ao lado duma das milhentas autoestradas que semeadas por este país e não sabem exatamente onde estão.-----

--- E infelizmente continua a morrer gente. Homens e mulheres que também não compreendem porque ali andam já que os próprios donos dos terrenos, muitas vezes eles próprios não se aproximam. Só se aproximam quando a casa está em risco. Pronto... arde uma floresta e não querem saber e dizem “Vão lá os Bombeiros!”. Se em vez de Bombeiros anónimos fossem figuras importantes que morrem, quiçá do jet sete, tomar-se-iam medidas urgentes. Rolariam cabeças. Apontavam-se nomes. Talvez até se manifestassem nas ruas. Mas no fundo são só Bombeiros Voluntários.-----

--- Um dos poucos setores produtivos que ainda criam excedente comercial é o setor florestal. Mesmo o turismo já vive em parte dos nichos de mercado ligados à natureza. O maior destino turístico mundial que é França, preserva esta componente. Floresta preservada aliada à preservação dos monumentos e sobretudo os monumentos que agora estão transformados em hotéis, etc.-----

--- Em Portugal nem isso. Eis que, agora no início do outono, de repente surgem iniciativas do tipo Salvação da Pátria: “Vamos agora plantar tudo o que não plantámos antes.”. Depois dão-se nomes pomposos a estas coisas: “Amamos Portugal”, “Amor a Portugal”, “Salvemos Portugal”.-----

V
Festas

--- No momento em que se ouvem rumores de que o Ministério, neste caso da Agricultura, se prepara para criar legislação que permite o plantio indiscriminado de eucaliptos, suspeito que em paralelo se criará um museu para salvar as espécies autóctones e lavar as consciências.

Sempre assim foi.-----

--- Fazem as autoestradas, destrói-se tudo à passagem. Mas não tenhamos dúvidas! Serão sempre salvaguardadas, devidamente embalsamados claro, os exemplares da fauna e da flora exterminada.-----

--- Os carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, talvez até loendros, estou a falar da minha zona, e afins, serão preservados num qualquer armazém subterrâneo da Noruega e dormiremos descansados de consciência tranquila sentido o cheiro a eucalipto que rodeia as nossas casas. Dentro de uns séculos voltaremos a ter espécies de volta na mesma altura que vamos ter os mamutes de volta.-----

--- Lamento que mesmo as autarquias do centro do país olhem para esta situação com indiferença, porque não acredito que quando se reúnem os representantes na CIM Dão Lafões, que mais diretamente nos interessa, este tema venha à baila como a primeira prioridade. Não vejo qualquer iniciativa nem projeto no terreno. Há anos que ouço algumas vozes bem intencionadas mas isoladas a falar do tema. Mas continuam a ser os eucaliptos que crescem. --

--- Com a atual falta de meios seria possível também às autarquias irem buscar receitas a esse setor. Mas não o fazem. Ou porque não podem ou porque sabem ou porque não querem. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: "Não obstante de pertencer à mesma Assembleia Municipal do deputado intermunicipal que me antecedeu, de facto nem se quer tivemos o tempo suficiente para trocar algumas impressões. Mas gostaria de lhe dar essa informação, que será com certeza confirmada pelo Diretor Executivo, não é verdade que a Comunidade esteja desatenta, bem pelo contrário.-----

--- Não há muito tempo foi apresentada uma proposta ao Conselho Executivo a propósito deste tema dos eucaliptos, proposta essa que mereceu uma votação unanime de todos os Presidentes de Câmara e até poderia acrescentar mais, essa proposta mereceu quase que um louvor pela excelência da mesma duma entidade que será insuspeita que será a Quercos.-----

--- Portanto, há de facto preocupações de natureza ecológica, a Comunidade nesse aspeto, senhor deputado, está atenta, está informada e está atuante dentro daquilo que é a sua possibilidade. Isto foi aquilo que se passou no Conselho Executivo e com certeza que irá receber informação acerca disso. -----



Licínio

--- Em relação à questão das SCUTs, a minha posição é conhecida, mas não quero alimentar mais polémica, quero só agradecer ao senhor Licínio ter trazido de uma forma serena, mais uma vez este tema para a Assembleia. -----

--- Eu não me irei adiantar porque estou deveras indignado por uma coisa que não estou habituado nestas terras da Beira que é o incidente passado em Vouzela aquando a inauguração da extensão e do novo quartel dos Bombeiros, secção de Campia, quando um membro do Governo foi quase impedido de presidir à cerimónia por uma dúzia de pessoas munidas de megafone que não tiveram respeito nenhum nem pela função institucional do membro do Governo que estava, nem pelas pessoas convidadas e muito menos pelos Bombeiros que estavam em parada devidamente fardados e que eram muitos mais do que aqueles que se manifestavam cá fora. -----

--- Não estamos habituados a ver isto na Beira. Não é forma de receber ninguém e muito menos de trazer uma discussão ou um tema sereno para poder ser analisado nas suas várias perspetivas. Fazer barulho e arruaça nunca contribuiu para coisa alguma nenhuma e penso mesmo que até está em contraponto àquilo que tem sido o civismo demonstrado nalgumas manifestações a nível nacional. " -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Vinha aqui só para trazer uma história um pouco pessoal mas que tem que ver com um dos elementos estruturantes da nossa crise em que nós vivemos e que de algum modo é a captura do Estado e da sociedade para alguns interesses económicos ou privados. E que me parece, isto é uma história pessoal engraçada mas tem vários elementos importantes de reflexão e que se liga a como é que o Estado pode ser usado muitas vezes com boas intenções. -----

--- Eu tenho três filhos em idade escolar e há uns anos, através da escola dos meus filhos fiz três contratos no programa e-Escolas com a TMN e esses contratos todos acabaram por ter incidentes. -----

--- Eu fiz um contrato na escola dos meus filhos com a TMN pensando que estava a fazer um contrato intermediado pela Estado. Pois bem, foi mais difícil acabar com aquele contrato do que teria sido fazer um divórcio. Mesmo depois do contrato ter acabado. -----

--- E depois isto está ligado a outra questão. Entretanto como entrei em conflito com a TMN deixei de pagar uma fatura de dezanove euros e noventa e cinco, e outra a seguir, e aquilo acabou por ficar uma fatura de quarenta e sete euros. -----

--- Pois bem, eu recebi duas cartas de duas advogadas diferentes da PT a ameaçar-me pôr-me em tribunal, uma por uma conta de dezoito euros e noventa e cinco e outra por uma conta de quarenta e sete euros e trinta e oito cêntimos. -----



✓
Amias

--- A questão que está aqui e que eu gostava, só trago isto aqui porque é uma questão que é demonstrativa do funcionamento do sistema, dos sistemas que nós temos e que fomos construindo. E porque? -----

--- É assim, se eu quiser apresentar uma queixa contra alguém de vocês num tribunal, eu tenho de pagar bastante. Como é que é possível que uma empresa pública, uma empresa que não é pública mas pronto, mas que usa, mas que é operadora dum bem público, Portugal Telecomunicações, pode dizer que usa um tribunal para me cobrar dezoito euros e noventa e cinco por um serviço que me forneceu indevidamente, contra a minha vontade, e me ameaça depois disso pôr-me em tribunal, usar o aparelho do Estado, usar os tribunais para me cobrar uma dívida de dezoito euros e noventa e cinco. -----

--- Este para mim é o drama que está aqui em causa. E eu penso que é destas situações que nós temos que libertar a sociedade também. Porque este conflito ocorreu apenas por más práticas comerciais. E por uma coisa muito simples. Eu pedi à TMN para dizer assim "Indiquem uma pessoa em Lisboa, em Viseu, com quem eu me possa sentar para resolver este problema, e a única resposta que eu tive foi uma carta a dizer que me sentavam no tribunal. -----

--- E eu penso que este é um exemplo ilustrativo daquilo que é a captura do Estado por interesses. E esta é daquelas situações em que o Estado se deve libertar, há tribunais provavelmente cheios destas ações porque eu não pedi este serviço, o contrato acabou e depois as empresas de facto usam termos que ninguém percebe. -----

--- Mas dizem-me assim, "o contrato acabou mas o serviço não foi desativado e portanto não tem contrato mas tem de continuar a pagar o serviço." -----

--- Pronto, há assim coisas que eu acho que isto só é possível porque de facto há captura do Estado, há ameaça de utilização dos tribunais para cobrar dívidas por estas empresas que fornecem estes bens, é uma indignidade, é um abuso de poder e é uma coisa de que o Estado se deve libertar. Ou então, deve fazer com que estas empresas paguem de facto uma taxa de justiça que as estimule a ter boas práticas judiciais a evitar conflitos porque neste momento todo o estímulo que o Estado lhe dá é para más práticas comerciais, abusos das pessoas e portanto este é um exemplo de onde o Estado pode ajudar a libertar a sociedade. E é destas coisas também, quando nós falamos em libertar o Estado da sociedade, é destas coisas também que nós devemos libertar-nos. " -----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: "Já agora permita-me só que lhe dê uma informação que pode ser útil. -----

--- Há uma lei aprovada na Assembleia da República por unanimidade há cerca de três anos, na qual eu participei, que cria obrigatoriedade nesses casos de arbitragem obrigatória. -----

↓
F. Farias



--- Portanto essa atuação não está de acordo com essa lei. Eu sugiro que faça uma participação à Direção Geral do Consumidor para ativar os procedimentos sobre essa matéria. -----

--- Eu por acaso, como participei nesse processo, sei que isso é uma situação, em todo o domínio dos pequenos fornecimentos a arbitragem é obrigatória, até determinado limite. -----

--- Portanto, nesse caso, com esse montante, claramente é uma situação de arbitragem obrigatória. E portanto deveria ter havido arbitragem antes de haver a ameaça do contencioso. -----

--- Mas pronto é só uma informação para o ajudar. "-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Começaria por uma situação que assisti aqui e que já há muito que não assistia. -----

--- Penso que os paivenses são pessoas hospitaleiras, que são pessoas que sabem receber, o senhor Presidente da Câmara recebeu-nos bem, e depois assistimos aqui aquilo que é do pior que existe na partidarite, num espírito que não estamos habituados a ter nesta Assembleia. ---

--- Um discurso lamentável. Um discurso que mereceu um protesto mas o senhor Presidente por acaso não observou, que merecia um protesto, que é um discurso do pior que às vezes é feito em termos políticos. Não defende a região, não tem a ver com o espírito desta Assembleia e lamento é que às vezes as pessoas que fazem esse discurso, que tomam essas posições, não tenham a mesma coerência em relação a outras situações.-----

--- Quer dizer, que não lamentem na altura também quando o nosso país foi à bancarrota, quando estava próximo, quando o nosso país teve que pedir um resgate, quando o nosso país teve que assinar um memorando com a Troika, nessas alturas as pessoas não tenham tomado posição, não se tenham indignado também em relação a essa situação.-----

--- E por isso, aquilo que, para além de em termos políticos de análise dum situação não ser correto, os termos, a forma, a maneira em como paivense recebeu o Presidente desta Assembleia é inaceitável.-----

--- E por isso, eu sei que os paivenses são hospitaleiros, recebem bem, e por isso na pessoa de senhor Presidente da Câmara, eu dou toda a minha consideração perante os paivenses que sei que não recebem assim.-----

--- E não ia entrar em mais pormenores, ia somente chamar a atenção e pedir a vossa colaboração numa situação que tem a ver com o domínio da saúde. -----

--- Na Assembleia Municipal de Viseu apresentou-se uma moção que teve a ver com o Hospital, com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu que tem a ver com uma situação que é importante do nosso ponto de vista que é, de uma vez por todas, termos a chamada unidade de radioterapia de Medicina Nuclear.-----

↓
Pmcs

--- Nós aprovámos esta moção e penso que havia um reforço, que foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de Viseu, e penso que haveria um reforço se a Comunidade Intermunicipal que tem a ver com a área de influência do Hospital, do Centro Hospitalar, também diz respeito a todos, também de algum modo se associasse através duma moção ou de outra posição qualquer que entendam, se associasse e demonstra-se todo o interesse em que o Centro Hospitalar tivesse essa Unidade de Radioterapia.-----

--- Eu passaria só rapidamente, a fazer um historial. O Centro Hospitalar neste momento é uma unidade de referência já no domínio das doenças oncológicas. O Centro Hospitalar de Viseu é um Hospital Central e por isso penso que deverá ser dotado de todos os recursos técnicos para cumprir a missão que está previsto na sua categorização.-----

--- E por isso, esta unidade é uma Unidade de Radioterapia, é uma unidade que é sentida por todos os profissionais, os gestores e também os doentes, é uma unidade que inclusivamente já tinha sido proposta e aprovada em dois mil e quatro pelo então Ministro da Saúde.-----

--- Por outro lado, esta viabilidade desta unidade já foi demonstrada por um estudo da entidade reguladora da saúde, um estudo de uma entidade que é isenta até pela sua própria função de regulação na área da saúde, mas neste momento houve posições da parte do Centro Hospitalar Cova da Beira no sentido de tentar justificar que fosse Cova da Beira que ficasse com a unidade de Radioterapia.-----

--- Nós não estamos contra Cova da Beira, estamos é pelo Centro Hospitalar de Viseu. E era nesse sentido que propúnhamos que fosse solicitado ao Ministério da Saúde a instalação urgente das unidades de Radioterapia e Medicina Nuclear que são serviços necessários e imprescindíveis para dar resposta às necessidades dos doentes com a qualidade necessária e conforme se exige a um Centro Hospitalar com a classificação e a diferenciação técnica que o Centro Hospital de Tondela-Viseu e de acordo com o estudo técnico da entidade reguladora. --

--- Era no fundo só este reforço por uma simples razão. Não é compreensível que um doente oncológico que muitas vezes são doentes muito especiais em termos psicológicos até pelo seu próprio tratamento, que tenha que se deslocar centenas de quilómetros para fazer um tratamento que poderia eventualmente fazer no Centro Hospital de Viseu.-----

--- Outra situação também de sensibilização para todos, tem a ver com, e às vezes também aqui em Vila Nova de Paiva, e muitos dos concelhos que aqui estão presentes, tem a ver com uma situação, tem a ver com a falta de médicos.-----

--- A situação não tem uma resolução a curto nem a médio prazo, vai ter a médio prazo, isto pelo número de médicos que estão a ser formados, a médio prazo é possível daqui a alguns

↓
f. gomes

anos haver uma estabilização em termos do problema da oferta e procura, neste momento não é.-----

--- E há que, duma vez por todas, ser tomada uma posição que tem a ver com três premissas: por interesse público, a título excepcional por um período limitado e por decisão ministerial. ---

--- O Governo tem de uma vez por todas contratar médicos que se tenham reformado antecipadamente. É o interesse público que permite e de algum modo durante um período de um ano, dois anos, três anos, enquanto fosse necessário, o interior não tem outra solução se não a contratação desses médicos reformados que se reformaram antecipadamente pelas suas razões, com as suas justificações, agora, essa contratação tem que ser feita porque hoje é um problema legal.-----

--- Eles não podem ser contratados e muitos até estão disponíveis para trabalhar tem é que se, de uma vez por todas, ultrapassar este problema legal e esta situação que na altura foi blindada completamente a possibilidade de contratação de médicos.-----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: "Eu presumo que tem uma moção escrita, não é? Que deixa ficar.-----

--- Pois é que sem um texto eu não posso por à votação.-----

--- No fundo o que o senhor deputado está aqui a propor é que a Comunidade da Assembleia Intermunicipal Dão Lafões reunida em sessão ordinária solicita ao Ministério da Saúde a instalação urgente das unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear, serviços necessários e imprescindíveis para dar resposta às necessidades dos doentes com a qualidade necessária e conforme se exige a um Centro Hospital com a classificação e diferenciação técnica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. e de acordo com o estudo técnico da entidade reguladora da saúde.-----

--- Portanto está em debate esta moção.-----

--- Pergunto se alguém se quer pronunciar.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: "É assim, eu obviamente que vou votar a favor da moção mas nestas coisas não consigo deixar de dizer aqui uma coisa. Que me custa, mas é assim.-----

--- Todas as más obras que foram feitas em Portugal tiveram tão boas justificações.-----

--- E é assim, a questão, isto é um discurso completamente fora, eu não sou do partido socialista só para vos por à vontade, portanto não estou aqui nesse sentido e é só para dizer o seguinte.-----

--- É só para tentar mais uma vez por, para pensarmos qual o raciocínio que fazemos face às coisas.-----

Handwritten signature in blue ink, possibly 'J. Pinheiro'.

--- Eu percebo qual todo o interesse da necessidade e do interesse de haver esta unidade de tratamento no centro de Viseu. Agora a minha questão... eu tenho dificuldade em explicar isto mas.... Nós todos passamos o tempo a dizer que foram feitos maus investimentos, más obras, que a culpa é de quem fez as obras, a culpa é de quem fez o investimento, e etc. etc.. -----

--- E é assim, eu percebo a bondade desta necessidade. Agora é assim, a única coisa que eu gostava que não nos esquecêssemos todos enquanto comunidade política, enquanto comunidade social, enquanto país, é que todos os maus investimentos que foram feitos tiveram justificações tão bondosas como esta. E até estudos tão bondosos e tão bem feitos que os fundamentavam todos, tecnicamente, cientificamente, a necessidade das populações, foi tudo extremamente bem fundamentado. -----

--- Eu não ponho em causa isso. Só ponho em causa que nós temos que ter, a única coisa que quero chamar é assim, nós temos de continuar a investir na saúde e temos de continuar a investir em muita coisa. Só penso é que nós de facto temos de ter cuidado com os discursos, com discursos que fazemos em termos políticos, dum modo geral, e enquanto discurso social também enquanto Comunidade. -----

--- Nós somos a mesma nação, não somos nenhuns seres extraterrestres, somos políticos, por isso somos nós, são gente como nós, alguns são gentes que eu conheço e portanto eu penso que de facto é isto. -----

--- De facto é um investimento que é necessário, agora nós quando depois publicamente deixarmos que se construa um discurso contra tudo o que é investimento público, contra todas as pessoas que promoveram investimentos públicos, tenham sido uns melhores ou piores que outros, depois colocamo-nos numa posição difícil.

E é só isso que eu gostava de deixar, acho que de facto, eu defendo isto, mas para defender isto não posso ter um discurso contra tudo o que é investimento publico, não posso ter um discurso contra tudo. Tenho de reconhecer que alguns foram errados, outros foram bons. Temos de dizer "Temos cá. Vamos agora lidar com isto." -----

--- E de facto era só isto que eu queria dizer porque de facto uma das coisas que me preocupa e que às vezes, não é que me desanima, mas que de facto este discurso torna as coisas confusas para as próprias pessoas. -----

--- Temos a A vinte cinco que teve justificações muito bondosas. O TGV tinha imensos estudos muito bondosos. O aeroporto de Lisboa tinha imensos estudos extremamente bondosos e da sua necessidade, da sua utilidade, da sua oportunidade económica, de tudo. E portanto, era só esta questão. Penso que apesar das limitações que temos acho que o Estado tem de continuar a investir na saúde. -----

↓
Farias

--- Acho que o Estado tem de continuar a fazer coisas. Acho que o Estado não se pode desaparecer. Acho que o Estado tem de continuar a ser presente na sociedade. Tem de continuar a ter uma intervenção e é por essa razão que eu defendo também que este investimento é uma coisa que pode valorizar, facilitar e tornar a vida das pessoas melhor e acho que é para isso que o Estado deve servir, tornar a vida das pessoas melhor. Com esse objetivo sou obviamente a favor da moção. "-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Eu não era para intervir mas eu penso que esta moção só perde por tardia.-----

--- Nós temos estrutura, falta-nos equipamento e só, só, quem não passou ainda por um problema de perto é que sabe o que é ter um serviço destes de proximidade.-----

--- Só quem não passou e só quem não tem um serviço de proximidade, ainda por cima com outra nuance, é que um serviço de proximidade desses vale fortunas para quem não tem meio de transporte próprio. Para quem não tem apoios necessários. Que tem que estar à esperar do serviço Bombeiros. Que tem de estar à espera dum táxi para poder fazer o transporte para uma unidade para Coimbra, muitas vezes fora de horas.-----

--- Senhor deputado, com o devido respeito, sei que estamos numa fase de contenção, reconheço a sua ideia, mas só pelo humanismo, pela necessidade de fazer bem às pessoas esta moção tem toda a razão de existir e deve ir para a frente e só perde por ser, efetivamente, fora de tempo, já devia ter sido há mais tempo que isso devia ter sido criado."-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Secretária da Mesa, Dr.ª Margarida Messias, cuja intervenção se transcreve: "Eu também não era para intervir mas trabalhando na área da saúde não posso deixar de manifestar aqui também a minha opinião, opinião essa que não é por defender ou ser contra a moção em termos partidários, mas sim, por defender o interesse de toda a população, principalmente aqueles que vivem este problema de saúde.-----

--- Não podemos esquecer também que neste momento toda a gente vive uma situação muito complicada em termos económicos. Não sei se é do conhecimento da maioria dos que aqui estão, mas os apoios que os doentes têm relativamente aos transportes para fazer estes tratamentos são quase inexistentes.-----

--- A maior parte desses doentes ou desistem dos tratamentos ou têm que o fazer pagando do seu bolso e eu penso que esta moção pode efetivamente dar resposta à necessidade dum grande número de doentes oncológicos.-----

--- Obviamente também que tudo isto tem que ser bem ponderado, tem que se fazer contas, tem que haver transparência nestes projetos e desde que tudo isso seja assegurado, eu julgo

Handwritten signature in blue ink, possibly 'V. Costa'.

que o que é mais importante é o bem das populações, principalmente das populações mais frágeis que é o caso destes doentes oncológicos. “-----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: “Como não houve nenhuma questão direta ao promotor da moção penso que também não quererá voltar a usar da palavra. Sendo assim, eu iria colocar a moção a votação”.

--- Colocada a votação foi a presente proposta aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: “Para começar uma questão que não esperava abordar de maneira nenhuma, que é justamente a primeira intervenção que aqui foi feita. -----

--- Eu quero testemunhar aqui o apreço, a estima e a consideração pessoal que tenho pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. Aliás, bem patente em várias circunstâncias em que, aliás, nos defrontámos ainda recentemente e com grandes divergências de opinião. -----

--- Mas também quero dizer aqui o seguinte. -----

--- Não é aceitável utilizar esta tribuna para vir de alguma forma dizer-se que uma intervenção não é legítima porque os paivenses habitualmente recebem bem. Esta foi uma intervenção legítima, porventura excessiva na forma, que diz respeito à esfera de atribuições e competências e diz muito diretamente respeito à esfera de atribuições e competências desta Comunidade Intermunicipal e dos seus órgãos, trata-se dum problema relacionado com a gestão de fundos comunitários que é a atividade essencial desta Comunidade Intermunicipal e portanto, julgo que devemos respeitar e aceitar a manifestação de pontos de vista políticos diferentes e eu acho que aqui até devia ser consequente em relação à sua proposta e devia de facto até propor, porque não, uma votação relativamente à continuidade do Presidente da Mesa da Comunidade Intermunicipal, da Assembleia Intermunicipal. -----

--- Agora, o que não posso conceber é que dentro disto se venham a usar argumentos de salão de chá, perdoem-me a expressão, ou moralistas para inibir ou quartar o direito de intervenção de um membro da Assembleia Intermunicipal sobre assuntos que dizem respeito às competências e ao funcionamento desta Comunidade Intermunicipal.-----

--- Isto dito, queria vir aqui trazer algo que ninguém se lembrou que é um penhorado agradecimento ao Conselho Diretivo da Comunidade Intermunicipal pela moção aprovada por unanimidade em relação à extinção de tribunais. Foi uma posição corajosa, uma posição séria, é um problema que apoqueta as populações, bem sei que aqui em Vila Nova de Paiva menos porque neste momento não dispõe de Tribunal Judicial, tal como mais alguns poucos



concelhos do distrito, mas a administração da justiça está ligada desde sempre à identidade local. -----

--- Assim o foi no tempo dos velhos concelhos que se regulavam pelos forais, sempre houve grandes lutas no Portugal novecentista pela existência de comarcas próprias porque em si mesmo eram mais uma manifestação da centralidade da sé de concelho e da própria autonomia de concelho e a reforma que aí vem, por boas intenções que tenha, parafraseando aqui Mário Pereira, vai ter muito mau resultado. Vai afastar as pessoas da justiça. Vai criar um sentimento, mesmo em relação à própria Comunidade, de afastamento das decisões, de afastamento da própria justiça. Vai criar inevitáveis problemas a quem tenha assuntos a tratar com a justiça. E esta é uma questão muito séria, onde tenho a dizer que a Comunidade Intermunicipal esteve muito bem. -----

--- E daqui saltaria para a questão da reforma administrativa territorial autárquica, onde também se pretende acabar com um fórum, com muitos fóruns, com muitas centralidades, com muitas comunidades centenárias e milenares através desta extinção atabalhoada e por quota de freguesias e pior, sem qualquer tipo de intervenção popular. -----

--- Espero francamente que esta iniciativa tenha a sorte que merece, esta reforma tenha a sorte que merece que é o seu fim imediato. E estou convencido que não for a haver problemas tão ou mais importantes que preocupam os portugueses seguramente que seria central esta questão na agenda política e seguramente também que este tardamento da reforma do mapa judiciário não é alheia ao timing da reforma administrativa territorial autárquica e da extinção de freguesias. -----

--- Portanto, é preciso que estejamos alerta porque se continuarmos a produzir reformas por estes critérios, meus caros, tenho uma coisa a dizer-vos, economicamente nós aqui nesta Comunidade e noutras de interior não justificamos e não de nos tirar as freguesias, não de nos tirar os tribunais e com este argumento muito mais virá. -----

--- Uma última palavra para um anteprojeto lei que não sei se já é do conhecimento do Conselho Diretivo da Comunidade Intermunicipal relativo ao novo desenho das competências dos órgãos das autarquias locais das áreas metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais. Eu entendo uma coisa, eu entendo que esta experiência das Comunidades Intermunicipais está a ser muito feliz. -----

--- Estão-se a criar verdadeiros laços entre as Comunidades, digamos que o mapa das NUTs III é o mapa, com uma ou outra exceção, é um mapa feliz e julgo que é tempo de se refletir o seguinte. De não continuarmos, e pesa embora haver legitimidade democrática direta de todos nós, que fomos diretamente eleitos, os senhores Presidentes de Câmara que foram



fonias

diretamente eleitos, mas julgo que é altura de esta Comunidade ganhar vida própria, e portanto quando toda essa anteproposta de lei aponta para um caminho cada vez menos intermunicipal, dotando de cada vez uma maior vida própria a estas comunidades, com a transferência de competências, com a transferência de atribuições seja do governo seja dos municípios, começa a ter sentido que esta comunidade política tenha uma expressão e que esta assembleia possa ser a médio prazo eleita por sufrágio universal e direto dos habitantes desta Comunidade Intermunicipal. “-----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: “Eu não tenho mais nenhuma inscrição. Não sei se por lapso deixei de inscrever algumas das senhoras ou senhores deputados no período antes da Ordem do Dia.-----

--- Portanto como é habitual neste final do período dou sempre a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para usar da palavra. Mas antes deixe-me só deixar aqui presentes três coisas que eu gostava de dizer. -----

--- Eu acho que um dos princípios base da democracia é o respeito por quem nos elege. E acho que é um respeito sagrado. Em todas as funções que eu desempenhei até hoje fosse de eleição em entidades da sociedade civil fosse em eleições que resultassem do sufrágio direto e universal levei sempre os meus mandatos até ao fim desde o primeiro minuto. E acho que isso é o princípio básico que deve presidir às funções que as pessoas desempenham.-----

--- E portanto, quando eu fui eleito Presidente desta Assembleia Intermunicipal não desempenhava qualquer função governamental, fui posteriormente convidado e trouxe o problema a esta Assembleia Intermunicipal da mesma forma como o levei à Assembleia Municipal de Viseu da qual sou Presidente, assumindo por antecipação que iria honrar o meu compromisso até ao fim, alias, pedi um parecer à Direção Geral da Administração do Território, que na altura inclusivamente os serviços do Ministério da Economia eram da opinião que eram incompatíveis as funções, mas efetivamente chegou-se à conclusão, não só pelo meu caso por mais duas pessoas que também são Presidentes de Assembleias Municipais no Governo que era compatível o exercício das funções e portanto a partir desse momento fiz questão em assumir as minhas funções até ao fim. -----

--- Sou Presidente com muita honra da Assembleia Municipal de Viseu, a qual represento aqui, nesta Assembleia Intermunicipal, e tive a confiança dos senhores e senhoras deputados intermunicipais para exercer esta função. -----

--- E portanto, sinto-me perfeitamente legitimado e poderia de todo ter adotado a atitude comoda de me demitir de funções e não continuar a presidência desta Assembleia

↓
finais



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMRD

Intermunicipal. Mas acho que estaria a desrespeitar os senhores e as senhoras deputados e estaria também a desrespeitar a Assembleia Municipal que me elegeu para esta função. -----

--- Portanto queria deixar isto bem claro e nesta relação de transparência e ética que procuro pôr sempre na vida e os que me conhecem sabem que respeito os valores e esses valores sempre os respeitei ao longo de toda a minha vida. -----

--- Sempre me tenho pautado por não faltar sequer à presidência destas assembleias, tenho presidido a todas e irei fazê-lo até ao final do mandato, a não ser que em algum dia os senhores deputados exerçam o direito que têm no artigo décimo segundo, número seis, em que a mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros serem destituídos em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleias Municipais, Intermunicipal. Isto é o que está no nosso regimento que deriva da lei e enquanto isto não acontecer, exercerei e entenderei que tenho a confiança das senhoras e dos senhores deputados. -----

--- Uma questão que eu também deixei muito clara. Em momento algum irei confundir as funções. Isso ficou bem claro desde a primeira hora. Eu aqui estou numa qualidade, fora daqui responderei a tudo o que me coloquem sobre as minhas funções governativas. Aqui nunca o farei. Porque acho que seria uma deslealdade para com esta Assembleia e para comigo próprio. E eu nunca entraria nesse conflito de interesses. -----

--- Portanto, gostava de fazer esta clarificação que não é uma clarificação nova. Foi sempre nesta base que me relacionei e que me relaciono com as pessoas. Transparência. Frontalidade. No dia em que sentisse que estava a violar algum dos meus princípios com certeza que tomaria as devidas considerações. -----

--- E portanto, isto para que não fiquem dúvidas em relação à maneira de pensar, alias, estão aqui membros da Assembleia Municipal de Viseu que sabem que desde que eu assumi funções tenho presidido a todas as assembleias, que têm corrido lindamente, e não tenho é, obviamente, interferido no debate porque, por razões óbvias, não seria leal da minha parte e seria de facto confundir funções. -----

--- Agora, eu tenho o mandato honrado, isto é, tenho um mandato que me foi cometido pelos eleitores e levarei o mandato até ao fim com sempre fiz na minha vida, não sou pessoa de andar a saltar e de deixar coisas a meio. Sempre levei as coisas até ao fim na minha vida. E se Deus quiser até ao dia em que morrer hei de honrar estes meus compromissos e esta minha forma de estar na vida. Queria que isto ficasse bem claro. " -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Julgo que nós temos tido a oportunidade de visitar a generalidade



Handwritten signature in blue ink, possibly 'H. Mendes'.

dos Concelhos da região. É uma boa ideia, uma boa posição de todos nós, ou seja, conhecermos verdadeiramente as realidades locais. Hoje estamos em Vila Nova de Paiva e não podia ser de outra maneira sermos naturalmente bem recebidos pelo senhor Presidente e pelas suas populações que naturalmente nos agrada, até pela estima e consideração pessoal que temos pelo Dr. Morgado. -----

--- Portanto, Dr. Morgado é um gosto para além disso, o Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva também faz parte do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal e sabe o trabalho em conjunto que estamos a realizar e, como ele disse e bem, de solidariedade, de coesão, e de trabalhar em conjunto para que possamos responder, nestes tempos tão difíceis, às dificuldades das nossas empresas, das nossas pessoas e das nossas famílias. -----

--- Mas é justo também aqui dizer de que aquilo que estamos a fazer na Comunidade Intermunicipal e no Conselho Executivo se transpõe também para as senhoras e senhores deputados desta Assembleia que ao longo do tempo que ela já tem de vida, tem tido independentemente das posições legítimas, ideológicas e partidárias de cada senhoras ou senhor deputado, tem tido um comportamento exemplar na defesa dos interesses de toda a região Dão Lafões. Não queria deixar aqui de o registar porque é um facto indiscutível que eu não deixo de o dizer em todos os fóruns onde tenho a oportunidade de intervir. -----

--- E por isso também, dizer ao Dr. Morgado que de facto esta Comunidade Intermunicipal, a mesa, as senhoras e senhores deputados, têm tido um comportamento fantástico na defesa dos interesses de todos os concelhos da nossa região. -----

--- Depois, duas ou três notas que me parecem importantes em relação às intervenções que aqui foram feitas e sobretudo também, ou de algumas delas, que têm a ver também com as decisões do Conselho Executivo. -----

--- Dar nota e acho que é uma questão de justiça fazê-lo e portanto também um esclarecimento a esta Assembleia é de que, e sabem também que já tive oportunidade de fazer declarações pública nesse sentido, sobretudo no momento em que apresentámos o projeto de promoção do empreendedorismo, até ao momento a Comunidade Intermunicipal ou qualquer município dos catorze municípios da região Dão Lafões que não teve nenhum corte financeiro de fundos comunitários. -----

--- Os fundos comunitários estão a ser todos reavaliados e naturalmente enquanto essa reavaliação não chegar ao fim nós não podemos dizer que foi feito este ou aquele corte. Esta é que é a verdade dos factos. -----

--- Como sabem está praticamente parada à cerca de três ou quatro meses esta matéria do QREN, mas até ao momento ainda não houve nenhum corte financeiro quer ao municípios

↓
L. Vaz



quer à própria Comunidade Intermunicipal. Neste momento com a autoridade de gestão foi nomeado um novo Presidente da Comissão de Execução e da Comissão Executiva do QREN do MaisCentro e nesta altura está a fazer, como é sua obrigação, entre aspas, fazer o contacto com as diferentes comunidades intermunicipais, com os diferentes municípios para avaliação dos diferentes projetos que estão em execução de forma a saber até que ponto é que é possível ou não libertar FEDER de alguns desses projetos e eventualmente haver a possibilidade de adiamento ou de aprovação até de novos projetos. -----

--- Nesta altura, esta avaliação está a ser feita e por isso acho que não devemos ir mais do que isto. E portanto eu tinha que dar também esta informação a todos os senhores deputados e todas as senhoras deputadas desta casa. -----

--- Naturalmente, como sabem também, se em qualquer momento a Comunidade ou qualquer um dos municípios se sentir lesado, a Comunidade Intermunicipal não deixará de ser, como o fez até aqui, completamente solidária com o interesse das nossas populações. -----

--- Depois o deputado Licínio Vaz chamou aqui a atenção para a questão dos eucaliptos. Já foi aqui dito, e bem, pelo Dr. João Vale Andrade e eu volto hoje aqui a repetir, essa posição chegou-nos ao Conselho Executivo pela Câmara Municipal de Vouzela, é bom aqui dizer, tenho que fazer também justiça, e tomámos uma posição pública e clara e inequívoca sobre esta matéria, como já tínhamos tomado, e aqui o deputado Rui Costa veio falar sobre isso, sobre os tribunais também uma posição por unanimidade, e já o tínhamos feito em relação às freguesias, e se me permite também o Dr. Mota Faria iremos aproveitar esta moção que hoje aqui foi apresentada, e bem, sobre a unidade de radioterapia para também nos associarmos no Conselho Executivo à Assembleia Intermunicipal. Parece-nos que é justa, correta e portanto me parece que é importante. -----

--- O deputado Licínio Vaz dizia "As Câmaras não podem, não querem ou não sabem". -----

--- Até agora as Câmaras podiam, através da sua legislação, impedirem que isso pudesse acontecer e portanto quem está nas Câmaras Municipais sabe isso. A partir do futuro não sabemos quais serão as nossas competências e quais serão as nossas responsabilidades nesta matéria. De qualquer forma nós tomámos uma posição clara, inequívoca, sobre estes temas e todos os outros que possam colocar em causa para as nossas populações. -----

--- Queria só aqui dar nota e já agora, eu quando vi o Dr. Mota Faria a vir aqui também para algum humor, alguma boa disposição, trazer uma moção sobre o Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E., julguei que era para mudar o nome, mas felizmente fiquei satisfeito que era só por causa da Unidade de Radioterapia. -----



Handwritten signature in blue ink, possibly 'F. Mendes'.

--- Finalmente, dar uma nota ao senhor deputado Rui Costa de que não posso estar mais de acordo e tenho tido oportunidade de o dizer publicamente de que as reformas são naturalmente importantes tendo em conta as dificuldades que o país tem, o que está inscrito e aquilo que nós não sabemos no memorando da Troika mas é bom dizer que as reformas têm que ter algum cuidado. -----

--- Nós estamos todos ao longo destes anos todos, temos ouvido os diferentes membros do Governo, de diferentes partidos, fazerem reformas sucessivas e continua tudo, como sabem, praticamente na mesma ou pior. E eu acho que começar reformas pelos territórios mais débeis, aqueles que têm mais dificuldades em criar riqueza, em criar emprego eu acho que é, do meu ponto de vista, e tenho-o dito muitas vezes, acho que é um erro.-----

--- E portanto, acho que deveríamos ser mais solidários com estes territórios porque aqueles e aquelas, e muitas vezes vou ao encontro da intervenção do Mário porque percebi aquilo que o Mário Pereira aqui disse, aqueles que nos obrigaram, aos municípios, a abrir centros de saúde, unidades hospitalares com determinado tipo de características e que normalmente são os técnicos que estão nos diferentes serviços do Estado, são os mesmos que agora nos mandam fechar esses mesmos serviços. Não só na saúde, nas escolas, nos tribunais, ou seja, nos diferentes serviços do Estado. -----

--- Os mesmos que fizeram os estudos são os mesmos agora que nos mandam encerrar esses mesmos equipamentos. E portanto acho que é preciso algum cuidado, e neste caso particular, os territórios mais débeis, os territórios que têm menos possibilidade de criação de riqueza têm que ter nesta altura uma grande solidariedade. Porque fechar serviços públicos é seguramente também, praticamente dar uma machadada final na possibilidade de todos nós podermos viver nas nossas aldeias, nas nossas vilas e nas nossas cidades. -----

--- Quanto às Comunidades Intermunicipais dizer, apenas e só, de que aguardamos portanto neste momento está para discussão quer nas Comunidades Intermunicipais quer também na Associação Nacional de Municípios um novo diploma que permite naturalmente mais competências e mais responsabilidades para as Comunidades Intermunicipais, não sabemos é muito bem é que depois no final esta lei será exequível e poderá naturalmente responder às necessidades das nossas populações."-----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: "Já agora permite-me também que brinque um pouco consigo e que lhe diga se tiver algum problema na execução dos fundos eu penso que o senhor Secretário de Estado terá sempre muito gosto em receber quer os Presidentes de Câmara quer os Presidentes das

↓
Lafões



Comunidades Intermunicipais, portanto, se lhe solicitar uma audiência ele com certeza que a concede de imediato. "-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Aqui só responderia ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal porque ele só está aqui como Presidente da Assembleia Intermunicipal."-----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da reunião anterior

– Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com seis abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Informações – Foi dada a palavra ao

Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo da CIM Dão Lafões, cuja intervenção se

transcreve: "Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou escusar-me de ler a informação

escrita que todos receberam, julgo que tem toda a informação detalhada da atividade

desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal nos últimos meses e nas diferentes iniciativas,

gestão dos fundos comunitários, na formação supramunicipal, no projeto de modernização

administrativa, na eficiência energética, na rede urbana para a competitividade e inovação

Viseu-Dão Lafões, quer ainda na promoção do empreendedorismo e também no que diz

respeito à Ecopista do Dão, à reforma da Administração Local e o resumo da situação

económica e financeira da Comunidade Intermunicipal que ao contrário do país se encontra

numa boa situação e portanto recomenda-se.-----

--- Era nesta oportunidade, julgo que aquilo que gostaria de transmitir, porque repito, todas as

senhoras e senhores deputados receberam esta informação detalhada e portanto depois do

vídeo que vamos apresentar, que eu julgo que era importante também terem a oportunidade

de verem uma atividade importante que desenvolvemos nos últimos tempos, para além do

Prove Dão Lafões, naturalmente a promoção do Empreendedorismo é uma matéria que nós

estamos a dar uma importância acrescida.-----

--- Após o visionamento deste vídeo promocional do empreendedorismo dizer-vos que já

começamos a trabalhar também, como aliás está na informação escrita, para a edição desta

ano letivo e temos já uma participação muito grande de escolas, de professores e

naturalmente, consequentemente também dos alunos.-----

--- Julgo que é uma matéria que a todos nos diz respeito e que temos que estimular

profundamente nos próximos tempos.-----

Handwritten signature in blue ink, possibly "S. Martins".

--- Ficaria à disposição, eu ou o Secretário Executivo, para qualquer questão que nos queiram naturalmente colocar em relação a esta informação escrita que vos fizemos chegar.”-----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o mesmo por encerrado, tendo passado de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da segunda Revisão Orçamental do exercício económico de dois mil e doze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de agosto e na alínea b) do número um do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIM CIMRDL - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, tendo este procedido à apresentação dos documentos em questão, apoiado na apresentação de um powerpoint, e cuja intervenção se transcreve: “Vou ser muito breve, dar só uma nota para vos dizer que esta revisão orçamental deriva basicamente da inscrição do lado da receita de um montante na ordem dos duzentos e setenta e oito mil euros e deriva exclusivamente da aprovação de mais um projeto de qualificação dos profissionais da Administração Local no âmbito do POPH, Plano Operacional do Potencial Humano.-----

--- Recebemos a comunicação da aprovação da candidatura no passado mês de agosto e nesse sentido temos necessidade até ao final do ano de lançar o conseqüente concurso público para selecionarem a empresa para prestar esta formação na Comunidade Intermunicipal e aos colaboradores dos catorze municípios e portanto, basicamente, é esta necessidade e foi por isso que fizemos esta revisão orçamental.-----

--- Obviamente, como é natural, aproveitámos também para fazer algumas transferências inter-rubricas quer dentro das GOPs quer extra-GOP e por isso também, obviamente à vossa disposição para algum dúvida ou esclarecimento adicional.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----Relativamente ao **quarto e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma.-----

ANTONIO JOSÉ DA SILVA

Faria Paegamida Pacheco Coelho Ferrás